

16 DEZ 1989

Quadro Negro Educação

A Secretária de Educação do Rio de Janeiro, Fátima Cunha, declara-se em estado de tal perplexidade com os problemas de sua área que se mostra disposta a entrar em greve junto com os professores, se eles voltarem a reclamar dos baixos salários. Sendo a secretária pessoa de bom senso, é fácil imaginar as pressões a que ela está submetida, para assim manifestar opinião tão pouco ortodoxa.

Existe, no caso, um erro de origem: a Secretaria de Educação do Estado existe para tratar de educação, e não para resolver problemas de salários e greves. O episódio é perfeitamente ilustrativo do beco sem saída a que foi acuada a educação no Brasil.

São problemas que também acontecem em outras áreas. A discussão que se trava neste momento, na área federal, é a do que fazer com uma folha funcional que consumiria todo o orçamento disponível da República já no início do próximo ano. Isto é, a rubrica Pessoal, que deveria ser uma atividade-meio, passou a ser uma atividade-fim. O país trabalha para pagar a sua folha de pessoal.

É um modo de não resolver problema nenhum. No caso da educação, a perspectiva precisaria ser outra. A secretária Fátima Cunha deveria

ter um assessor para tratar de greves e salários. Seu trabalho é cuidar da educação propriamente dita — isto é, de como elevar o nível da nossa república pedagógica, sem o que ficaremos girando em círculos, na fatalidade da ignorância.

Pouca gente parece acordada para isso. Exatamente agora, caminha pelo Congresso um projeto de Lei de Diretrizes e Bases que, entre os entendidos, já deu margem a reclamações amargas — projeto costurado meio *à la diable* pelo relator Jorge Hage. Trata-se da lei fundamental da educação brasileira. Mas em que momento ela foi discutida a sério? Apareceram, com esta finalidade, diversos anteprojetos. O relator designado, aparentemente, desprezou-os a todos e apresentou um outro texto, fruto das suas consultas e preferências pessoais.

O que se conhece desse texto dá margem a sérias preocupações. Mas nem ele foi suficientemente discutido, como, ainda por cima, nesse clima tumultuado de eleição e troca de governo, conspira-se para aprová-lo por acordo de lideranças — isto é, sem que pelo menos ele passe pelo crivo do Congresso. Se se trata com esta sem-cerimônia a lei maior da educação, o que esperar do dia-a-dia de uma secretária como a que agora se declara desanimada com as perspectivas à sua frente?

JORNAL DO BRASIL